

A PROPÓSITO DE NACIONALISMOS E GUERRAS SANTAS, NOTAS SOBRE *IMAGINED COMMUNITIES*, DE BENEDICT ANDERSON

By way of nationalisms and holy Wars, Notes on
Benedict Anderson's *Imagined Communities*

Bernadete Beserra¹

Quem imaginaria que a tempestade é mais forte quanto mais se distancia do paraíso?

WALTER BENJAMIN

Há quase duas décadas, em 1983, saía, pela editora Verso, a primeira edição de *Imagined Communities*, traduzido para o português e publicado pela Ática, apenas seis anos depois, em 1989, sob o título *Nação e Consciência Nacional*. Com esta obra, Benedict Anderson propunha à tradição marxista um novo modo de olhar a nação e o nacionalismo e, com isto, praticamente inaugurava um novo campo de interesse científico. De lá para cá, muitos outros estudos importantes sobre nacionalismo foram publicados, merecendo menção especial o *The Nation and its Fragments*, de Partha Chatterjee e *Nations and Nationalism since 1780: Programme, Myth, Reality*, de Eric Hobsbawm, publicados em 1993; *Ethnonationalism – The Quest for Understanding*, de Walker Connor, publicado em 1994; e o *Oxford Readers – Nationalism*, editado por John Hutchinson e Anthony D. Smith e publicado em *paperback*, em 1995.

Imagined Communities continua uma referência indispensável nos estudos sobre nação, nacionalismo e identidades nacionais, além de oferecer muitos bons *insights* para os estudos de identidades, em geral. Eis o porquê desta resenha.

Observando que as nações não haviam sido tão estudadas quanto fenômenos similares como o Estado, religião e ideologias políticas e, considerando que o marxismo havia sempre, inapropriadamente, predito o fim

das nações, Benedict Anderson propõe-se a estudar as nações sob a lente da antropologia. Nessa perspectiva, ele define nações como comunidades políticas imaginadas – e imaginadas tanto como comunidades limitadas quanto soberanas (Anderson, [1983]1991:6):

A nação é imaginada como limitada porque mesmo a maior delas tem limites definidos, além dos quais há outras nações. [...] É imaginada como soberana porque o conceito nasceu numa época em que o Iluminismo e a Revolução estavam destruindo a legitimidade do divinamente ordenado e hierárquico reino dinástico. Finalmente, é imaginada como uma comunidade, porque, independentemente da desigualdade e exploração que prevalece em cada uma delas, a nação é sempre concebida como um compadrio, horizontal e profundo pelo qual milhões de pessoas estão dispostas não apenas a matar, mas também a morrer (tradução minha, do original).

É especialmente a característica de nações como comunidades especiais pelas quais as pessoas estão dispostas a morrer que chama a atenção de Anderson e permite-lhe prever que “o fim da era do nacionalismo, há tanto tempo profetizada, não está nem remotamente à vista. [Ao contrário], a nacionalidade é o valor mais universalmente legítimo na vida política do nosso tempo.”

Buscando uma explicação geral para a gênese das nações, Anderson segue a trilha das comunidades religiosas do século XVIII. Entretanto, ele explica que não está com isto propondo que o nacionalismo tenha historicamente substituído a religião. Propõe, ao contrário, que o “nacionalismo tem que ser entendido a partir dos sistemas culturais mais amplos que o precederam e dos quais – assim como também contra os quais – ele surgiu (*ibid*:12).” Assim, ele busca as raízes culturais para o fenômeno do nacionalismo nas comunidades religiosas e reinos dinásticos – então os dois tipos mais importantes de *comunidades imaginadas*.

Anderson acredita que o declínio da religião como comunidade imaginada após a alta Idade Média está ligado a dois fenômenos: as conquistas européias e compreensão de outros mundos e o declínio gradual do latim. Citando Bloch, observa que o “Latim não era apenas a única língua na qual o ensino acontecia, mas era a *única língua ensinada*. [...] Numa palavra, o declínio do latim exemplifica um processo mais amplo no qual comunidades

¹ Bernadete Beserra, antropóloga, é professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará.

sagradas integradas por línguas antigas e sagradas eram gradualmente fragmentadas, pluralizadas e territorializadas (ibid:18-19).

É claro que todas essas mudanças tinham forte repercussão nos vários aspectos da vida de todo mundo. Anderson considera especialmente importantes as mudanças que ocorreram com a noção de tempo. A partir de Walter Benjamin, explica que a idéia de simultaneidade, característica de um tempo religioso ou messiânico, é substituída por uma idéia de tempo diferente, a qual Benjamin denomina tempo vazio, homogêneo e, no qual, a simultaneidade é, como era, transversa, marcada não pela predição ou exequibilidade, mas pela coincidência temporal e medida pelo relógio e pelo calendário (ibid:24).

Para Anderson, o desenvolvimento da imprensa como mercadoria é a chave para a compreensão do nacionalismo e de uma geração completamente nova de idéias de simultaneidade. Ele afirma que a linguagem escrita que começou a se tornar popular a partir do século XVI firmou as bases para a consciência nacional de três modos diferentes:

1. Criou campos unificados de trocas e comunicação sob o Latim e acima dos vernáculos falados. No processo, centenas de milhares, ou mesmo, milhões de pessoas que falavam uma determinada língua tomaram consciência da existência de outros falantes e, ao mesmo tempo, que apenas aquelas centenas de milhares pertenciam àquele grupo. Esses leitores-compatriotas, que estavam ligados através da imprensa, formavam na sua secular, particular e visível invisibilidade, o embrião de uma comunidade nacionalmente imaginada (ibid:44).
2. O capitalismo impresso deu uma nova firmeza à língua, o que, a longo prazo, ajudou a construir a imagem de antigüidade tão central à idéia de nação (ibid:44).
3. O capitalismo impresso criou línguas com poderes diferentes daqueles dos antigos vernáculos administrativos. Certos dialetos eram mais "próximos" de cada língua impressa e dominaram os seus formatos finais (ibid:45).

Se o capitalismo impresso destruiu a soberania do Latim e erigiu as condições para uma nova e diferente apreensão do tempo, outras circunstâncias forjaram cenários especiais para o surgimento do nacionalismo.

Descobrir que circunstâncias além do capitalismo impresso estão por trás da formação de diferentes idéias de nação é o primeiro desafio de Anderson quando ele empreende a análise do caso dos "pioneiros crioulos."

Ele pergunta: por que foram exatamente as comunidades crioulas que desenvolveram tão cedo concepções de sua nacionalidade – muito antes da maior parte da Europa?

Ele responde que "os rudimentos de uma resposta residem no impressionante fato de que todas as novas repúblicas sul-americanas haviam sido unidades administrativas do século XVI ao XVIII (ibid.:52).

Outro fator importante, talvez mesmo mais importante, foi compreender que a Europa não considerava seus filhos (descendentes) crioulos como filhos legítimos. Acreditava, ao contrário, que eles haviam sido já contaminados por índios e negros e, como tal, deviam ser tratados. Não sendo permitido, por exemplo, trabalhar para o reino a não ser nos limites da colônia, dentro dos quais todos os anseios de satisfação profissional deveriam ser alcançados.

Anderson afirma que a discriminação européia contra os que compartilhavam a fatalidade do nascimento transatlântico (ibid.:53.) fê-los aproximar-se de índios e negros e vê-los como parte de uma comunidade nova e diferente cujo objetivo mais importante àquela altura era se libertar do domínio e exploração europeus. De fato, a discriminação européia contra os funcionários do império teve um papel muito importante na última onda de nacionalismos crioulos. Porém, isto não explica o que em geral distingue um do outro por causa dos seus vernáculos.

Embora acredite que haja outros elementos que combinados com a língua do capitalismo impresso produziram o fenômeno nacional, Anderson considera que, em geral, "não importa onde, o surgimento do nacionalismo tem que ser compreendido nas suas relações com a língua do capitalismo impresso (ibid.:76)."

No capítulo 10, "Census, Map, Museum", Anderson explica como esses artefatos científicos são usados para reforçar a imagem de nação. Contando e classificando pessoas, de um lado, e representando culturas e idéias espacialmente, de outro lado, os reinos e impérios europeus desenharam os contornos de sua possessão mas ao mesmo tempo deixaram a porta aberta para outros entrarem e verem suas imagens refletidas nos espelhos europeus. Noutras palavras, confinando os outros, político ou espacialmente, a Europa estava lhes ofe-

recendo a chave para eles próprios se reclassificarem. Em consequência, as colônias européias tirarão vantagem do que aprenderam com seus colonizadores para usar contra os próprios colonizadores.

Como a idéia de nação conjuga destinos compartilhados, ela não oferece lugar para a idéia de racismo, tese que Anderson defende no capítulo 8. Afirma ele:

O fato é que o nacionalismo raciocina em termos de destinos históricos, enquanto os sonhos racistas de eterna contaminação, transmitidos desde as origens dos tempos através de uma interminável seqüência de odiosas copulações estão fora da história. [...] Os sonhos racistas de fato têm suas origens nas ideologias de classe, mais do que nas de nação: acima de tudo na pretensão de divindade dos governantes e do sangue "azul" dos aristocratas.

Ao longo do seu estudo, Anderson separa claramente as ideologias de classe das ideologias de nação. Mas se o nacionalismo é um artifício ideológico que entra em funcionamento especialmente quando uma nação é ameaçada por outra(s), como compreender diferentes expressões de nação? Como compreender aquelas nações por quem seus filhos não estão tão dispostos assim a morrer porque percebem que as tradições que dão sentido àquela nação negam as suas próprias, do seu grupo étnico, etc? Por outro lado, se o capitalismo impresso é a chave para a compreensão da nação como uma comunidade imaginada, não deveríamos voltar mais uma vez às explicações marxistas do nacionalismo como uma das mais fortes ideologias capitalistas ou de classe? Afinal, quem são os escritores e leitores que formam as comunidades imaginadas de que fala Anderson? Se os jornais e os ro-

mances são os dois veículos mais importantes para a difusão do tempo homogêneo, a quem o capitalismo impresso alcança? Mais: como localizar em tal processo as classes populares, trabalhadoras? Quem é capaz de ler e fazer parte da comunidade imaginada? Se o capitalismo impresso é a chave, o nacionalismo não apenas é produzido pelos interesses das classes dominantes mas, principalmente, para a sua manutenção. Nesse sentido, o nacionalismo seria mais uma das tantas ideologias que as classes dominantes forjam para justificar a sua posição de dominantes. Isto é, o nacionalismo se expressa através de coloridos diversos nas diversas circunstâncias, mas sempre se refere a classe e aos mecanismos necessários para convencer os dominados a trabalhar contra eles mesmos ou aceitar a exploração mais facilmente. É muito provável que todas essas considerações já fizessem parte das preocupações de Anderson, talvez tenham sido elas mesmas que o levaram a olhar o nacionalismo sob uma perspectiva antropológica. Mas, de fato, elas não parecem importar tanto quando se trata de compreender porque o nacionalismo apela de modo semelhante a todas as classes sociais e não apenas às classes dominantes. O nacionalismo pode até ser usado em favor do interesse de uma determinada classe, mas não apenas das classes dominantes, já que ele foi e ainda é usado como o motivo mesmo de reformas e revoluções tanto das burguesias como das classes trabalhadoras. Nesse sentido, a compreensão do nacionalismo sob a perspectiva de uma comunidade imaginada ilumina bastante a compreensão dos conflitos nacionais, religiosos e étnicos tão presentes ainda na dinâmica de uma comunidade global que não aceita se submeter inteiramente à comunidade imaginada pelo imperialismo americano. E, aqui, o islamismo é sempre o exemplo mais contundente, principalmente depois dos ataques ao WTC em New York e ao Pentágono, em Washington, DC.